

JOURNAL *of* LAW *and* REGULATION

October 2018

Perspectivas Regulatórias Sistêmicas sobre o uso Agrícola de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) no Brasil

Participação na gestão dos recursos hídricos como estratégia para uma regulação de interesse público: uma análise dos Comitês de Bacia Hidrográfica a partir da teoria processual administrativa da regulação

Regulação Responsiva no Setor de Águas: Propostas de Aperfeiçoamento do Desenho Regulatório Responsivo Brasileiro

Regulação da aviação civil brasileira: reflexões sobre enforcement, legalidade e juridicidade

Organizações Sociais: regime de parceria e limites à atuação do órgão supervisor

As contratações públicas e o Direito Regulatório

A Regulação do Risco Hidrológico na perspectiva da Teoria Processual Administrativa de Steven Croley

A aplicação da Teoria do Interesse Público proposta por Mike Feintuck como uma forma de aprimoramento do cumprimento dos objetivos ambientais sobre a atividade da pesca

UNIVERSITY OF BRASILIA
School of Law
Center on Law and Regulation

CC BY 4.0
Free Cultural Work

Permanent Identifier for the Web
The Journal and each article individually at

LexML

<http://lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:revista:2015;001079346>

Volume 1, Issues 1 and 2, May 2015 and October 2015 (21 double-blind peer-reviewed articles published)
Volume 2, Issues 1 and 2, May 2016 and October 2016 (30 double-blind peer-reviewed articles published)
Volume 3, Issues 1 and 2, May 2017 and October 2017 (26 double-blind peer-reviewed articles published)
Volume 4, Issues 1 and 2, May 2018 and October 2018 (22 double-blind peer-reviewed articles published)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R454 Revista de Direito Setorial e Regulatório = Journal of Law and Regulation / Núcleo de Direito Setorial e Regulatório = Research Center on Law and Regulation. - v.4, n.2 - (2018) - Brasília: Universidade de Brasília, 2018.
v. 4

ISSN 2446-550X
EISSN 2446-5259

1. Direito - Periódicos. 2. Regulação. I. Núcleo de Direito Setorial e Regulatório. II. Título: Revista de Direito Setorial e Regulatório.

CDU: 349

ANVUR (Agenzia Nazionale di Valutazione del Sistema Universitario e della Ricerca)
Area 12 - Scienze giuridiche : Scientificità riconosciuta.

© THE AUTHORS 2018. PUBLISHED BY THE UNIVERSITY OF BRASILIA SCHOOL OF LAW RESEARCH CENTER ON LAW AND REGULATION. THIS IS AN OPEN ACCESS JOURNAL DISTRIBUTED UNDER THE TERMS OF THE CREATIVE COMMONS ATTRIBUTION 4.0 INTERNATIONAL (CC BY 4.0), WHICH PERMITS TO REPRODUCE AND SHARE THE LICENSED MATERIAL, IN WHOLE OR IN PART, PRODUCE, REPRODUCE, AND SHARE ADAPTED MATERIAL, PROVIDED THE ORIGINAL WORK IS NOT ALTERED OR TRANSFORMED IN ANY WAY, AND THAT THE WORK IS PROPERLY CITED.

REVISTA *de* DIREITO SETORIAL *e* REGULATÓRIO

Outubro de 2018

Perspectivas Regulatórias Sistêmicas sobre o uso Agrícola de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) no Brasil

Participação na gestão dos recursos hídricos como estratégia para uma regulação de interesse público: uma análise dos Comitês de Bacia Hidrográfica a partir da teoria processual administrativa da regulação

Regulação Responsiva no Setor de Águas: Propostas de Aperfeiçoamento do Desenho Regulatório Responsivo Brasileiro

Regulação da aviação civil brasileira: reflexões sobre enforcement, legalidade e juridicidade

Organizações Sociais: regime de parceria e limites à atuação do órgão supervisor

As contratações públicas e o Direito Regulatório

A Regulação do Risco Hidrológico na perspectiva da Teoria Processual Administrativa de Steven Croley

A aplicação da Teoria do Interesse Público proposta por Mike Feintuck como uma forma de aprimoramento do cumprimento dos objetivos ambientais sobre a atividade da pesca

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Direito
Núcleo de Direito Setorial e Regulatório

J.L.R. Masthead

Journal of Law and Regulation

ISSN 2446-550X – EISSN 2446-5259

University of Brasilia Center on Law and Regulation (School of Law)

Universidade de Brasília

Faculdade de Direito

Núcleo de Direito Setorial e Regulatório

Campus Universitário de Brasília

Brasília, DF, CEP 70919-970

Caixa Postal 04413, Brasil

Tel.: +55(61)3107-0713

ndsr@unb.br

Periodicity

The J.L.R. publishes two annual issues released on May and October uninterrupted since May 2015.

Mission/Scope/Focus/Areas of Expertise/Emphasis

The Journal of Law and Regulation mission is to publish legal and interdisciplinary analyses on regulated sectors phenomena, such as, but not limited to, sanitation, education, health, energy, natural resources, telecommunications, land transportation, civil aviation, manufacturing, agriculture, shipping, navigation and navigable waters, trade and exchange, financial system, and so forth, emphasizing national and foreign experiences through the lenses of regulatory theories.

INFORMATION FOR AUTHORS AND READERS

Submission process and Criteria for the Double-Blind Peer Review Process

The journal hosts only original articles and the authors are requested to submit them through the website of the University of Brasilia Center on Law and Regulation (<http://www.ndsr.org/SEER/index.php>). The journal adopts the double-blind peer review process and each reviewer rates the article according to the article quality (10%), theoretical relevance (10%), originality (10%), adherence to the journal's topics of interest (10%), manuscript presentation (10%), reviewer's assessment (50%).

Languages

The journal accepts articles in Portuguese, English, Spanish, French and Italian.

Format for in-text Citations and References

The journal adopts the ABNT NBR (Brazilian Association of Technical Standards) citation and reference format.

Abstract and Keywords

The journal adopts structured abstracts with clear indication of purpose, methodology/approach/design, findings, practical implications, and originality/value of the papers. Keywords should depict the actual content of the article and be limited to five, according to the ABNT NBR 6028 standard.

Authorship of the paper

Authorship should be limited to those who have made a significant contribution to the conception, design, execution, or interpretation of the reported study. All those who have made significant contributions should be listed as co-authors and their specific contribution should be listed at the end of the article after the double-blind peer review process. Where there are others who have participated in certain substantive aspects of the research project, they should be acknowledged in a footnote or listed as contributors. All authors should be identified in a footnote after the review process with their academic status, institutional activities and email.

Copyright

The journal is an open access journal distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY 4.0), which permits to reproduce and share the licensed material, in whole or in part, produce, reproduce, and share adapted material, provided the original work is not altered or transformed in any way, and that the work is properly cited.

Disclosure and Conflicts of Interest

All authors should disclose in their manuscript any financial or other substantive conflict of interest that might be construed to influence the results or interpretation of their manuscript. All sources of financial support for the project should be disclosed.

Examples of potential conflicts of interest which should be disclosed include employment, consultancies, stock ownership, honoraria, paid expert testimony, patent applications/registrations, and grants or other funding. Potential conflicts of interest should be disclosed at the earliest stage possible.

Disclaimer and Liability

The editorial board accepts articles for educational and informational purposes only and should not be used to replace either official documents or professional advice. The information contained in this journal is not guaranteed to be up to date and does not provide legal advice. Any views expressed in the published articles are exclusively of their authors and should not be construed as an endorsement by the University of Brasilia or the editorial board of the article content or authors' views.

Expediente da RDSR

Revista de Direito Setorial e Regulatório

ISSN 2446-550X – EISSN 2446-5259

Núcleo de Direito Setorial e Regulatório da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília

Universidade de Brasília

Faculdade de Direito

Núcleo de Direito Setorial e Regulatório

Campus Universitário de Brasília

Brasília, DF, CEP 70919-970

Caixa Postal 04413, Brasil

Tel.: +55(61)3107-0713

ndsr@unb.br

Periodicidade

A RDSR publica números semestrais em maio e outubro de forma ininterrupta desde maio de 2015.

Missão/Escopo/Enfoque/Temática/Ênfase

A Revista de Direito Setorial e Regulatório da UnB tem por missão a publicação de artigos sobre fenômenos setoriais e regulatórios sob o enfoque exclusivamente jurídico ou interdisciplinar, alcançando todos os temas de interesse dos diversos setores regulados, tais como saneamento, educação, saúde, energia, recursos naturais, telecomunicações, radiodifusão, transportes terrestres, transportes marítimos, navegação de cabotagem, navegação interior, aviação civil, sistema financeiro, infraestrutura aeroportuária, produção agrícola, produção industrial, entre outros, com ênfase na análise de bases empíricas setoriais nacionais e internacionais a partir de teorias regulatórias.

INSTRUÇÕES AOS AUTORES E INFORMAÇÕES AOS LEITORES

Submissão de artigos e Critérios para Dupla Revisão Cega por Pares

A Revista de Direito Setorial e Regulatório somente aceita artigos originais, que devem ser submetidos exclusivamente no sítio eletrônico do Núcleo de Direito Setorial e Regulatório da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília por intermédio do sistema eletrônico de submissões (<http://www.ndsr.org/SEER/index.php>), que adota o método de revisão duplo cego por pares, apoiados nos critérios de qualidade do conteúdo (10%), relevância teórica ou prática (10%), originalidade (10%), adequação à temática da Revista (10%), apresentação do trabalho (10%), recomendação geral do especialista revisor (50%).

Idiomas aceitos

A Revista de Direito Setorial e Regulatório aceita artigos escritos em português, inglês, espanhol, francês ou italiano.

Normas Bibliográficas e de Citações

A Revista adota o formato ABNT NBR (Associação Brasileira de Normas Técnicas) para citações e referências bibliográficas.

Resumos e Palavras-Chave

A Revista adota o modelo de resumos estruturados, mediante clara indicação do propósito, metodologia/abordagem/design, resultados, implicações práticas e originalidade/relevância do artigo. As palavras-chave devem refletir o real conteúdo do artigo, limitadas a cinco descritores, e conforme norma ABNT NBR 6028.

Autoria

A autoria dos artigos submetidos à Revista de Direito Setorial e Regulatório deve estar limitada às pessoas que tenham contribuído significativamente à concepção, design, execução ou interpretação dos resultados. Todos que tiverem contribuído significativamente para o trabalho devem ser listados como coautores, inserindo-se, posteriormente ao processo de revisão cega por pares, ao final do artigo, a indicação da contribuição de cada autor. Quando alguém houver participado em momentos específicos e relevantes do projeto de pesquisa pertinente, a ele(a) deve-se atribuir a condição de auxílio à pesquisa e referidos em nota de rodapé de agradecimento. Os autores devem estar identificados, após processo de revisão cega por pares, com sua formação pregressa e vinculação institucional, inclusive email.

Direitos Autorais

A Revista de Direito Setorial e Regulatório é de acesso aberto, nos termos da licença *Creative Commons Attribution 4.0 International* (CC BY 4.0), que permite a reprodução e o compartilhamento do material licenciado, no todo ou em parte, a produção, reprodução e compartilhamento do material adaptado, condicionado a que o trabalho original não seja alterado ou transformado de qualquer modo e que o trabalho seja adequadamente citado.

Conflito de Interesse

Todos os autores devem divulgar em seus artigos qualquer conflito de interesse, seja financeiro ou de outra natureza, que possa levar a influenciar os resultados ou a interpretação dos seus artigos. Todas as fontes de financiamento para o projeto de pesquisa pertinente devem ser divulgadas. Exemplos de conflitos de interesse potenciais que devem ser divulgados incluem vínculos empregatícios, consultorias, participação acionária, honrarias, perícia, registro de patentes, prêmios ou outro tipo de financiamento. Conflitos de interesse potenciais devem ser divulgados o quanto antes.

Indicação de Responsabilidade

A Comissão Editorial da Revista de Direito Setorial e Regulatório aceita artigos com a finalidade de divulgação científica, educacional ou meramente informativa. A Revista não deve ser utilizada como substitutivo a pesquisa de documentos oficiais ou à consulta profissional. Embora o Corpo Editorial da Revista preze pela qualidade e precisão de todos os artigos publicados, não há garantia de que a informação nela contida esteja atualizada, bem como ela não se destina a substituir a necessária consultoria advocatícia para quem dela necessite. Os dados e opiniões emitidas nos artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores correspondentes e não significam que a Universidade de Brasília, a Comissão Editorial ou qualquer membro do corpo editorial endossam seu conteúdo ou pontos de vista.

Editorial Board / Conselho Editorial

Prof. Márcio Iorio Aranha	<i>Universidade de Brasília (UnB), Faculdade de Direito, Brasília/DF, BRASIL</i>
Prof. Ana Frazão	<i>Universidade de Brasília (UnB), Faculdade de Direito, Brasília/DF, BRASIL</i>
Prof. Andre Rossi de Oliveira	<i>Utah Valley University, School of Business, Finance and Economics, Orem/UT, USA</i>
Prof. Andreas J. Krell	<i>Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Direito de Alagoas, Maceió/AL, BRASIL</i>
Prof. Ang Peng Hwa	<i>Nanyang Technological University, College of Humanities, Arts & Social Sciences, Wee Kim Wee School of Communication and Information, SINGAPORE</i>
Prof. Carina Costa de Oliveira	<i>Universidade de Brasília (UnB), Faculdade de Direito, Brasília/DF, BRASIL</i>
Prof. Clara Luz Álvarez González de Castilla	<i>Universidad Panamericana, Facultad de Derecho, Ciudad de México, MÉXICO</i>
Prof. Diego Cardona	<i>Universidad de Rosario, Escuela de Administración, Ciencias de la Dirección, Bogotá, COLOMBIA</i>
Prof. Francisco Sierra Caballero	<i>Universidad de Sevilla, Facultad de Comunicación, Sevilla/Andaluzia, ESPAÑA</i>
Prof. Hernán Galperin	<i>University of Southern California, Annenberg School for Communication and Journalism, Los Angeles/CA, USA</i>
Prof. Joaquín Cayón de las Cuevas	<i>Universidad de Cantabria, Facultad de Derecho, Departamento de Derecho Privado, Santander/Cantabria, ESPAÑA</i>
Prof. Jorge Luis Tomillo Urbina	<i>Universidad de Cantabria, Facultad de Derecho, Departamento de Derecho Privado, Santander/Cantabria, ESPAÑA</i>
Prof. Juan Manuel Mecinas Montiel	<i>Center for Economic Research and Teaching – CIDE, Ciudad de México, MÉXICO</i>
Prof. Judith Mariscal	<i>Center for Economic Research and Teaching – CIDE, Ciudad de México, MÉXICO</i>
Prof. Liliana Ruiz de Alonso	<i>Universidad San Martín de Porres, Instituto del Perú, Lima, PERÚ</i>
Prof. Lucas Sierra	<i>Universidad de Chile, Escuela de Derecho, Santiago de Chile, CHILE</i>
Prof. Marcos Paulo Veríssimo	<i>Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Direito, Departamento de Direito do Estado, São Paulo/SP, BRASIL</i>
Prof. Maria Célia Delduque Nogueira Pires de Sá	<i>Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Programa de Direito Sanitário, Rio de Janeiro/RJ, BRASIL</i>
Prof. Martha Garcia-Murillo	<i>Syracuse University, School of Information Studies, Syracuse/NY, USA</i>
Prof. Nicola Matteucci	<i>Università Politecnica delle Marche, Dipartimento di Scienze Economiche e Sociali, Platform Economics, Industrial Organization, Law and Economics, Ancona/Marche, ITALIA</i>
Prof. Raúl Katz	<i>Columbia University, Columbia Institute for Tele-Information, New York/NY, USA</i>
Prof. Roberto Muñoz	<i>Universidad Técnica Federico Santa María, Departamento de Industrias, Valparaíso/Valparaíso, CHILE</i>
Prof. Sandrine Maljean-Dubois	<i>Université d'Aix-Marseille, Centre d'Etudes et de Recherches Internationales et Communautaires, Aix-en-Provence, FRANCE</i>
Prof. Vinícius Marques de Carvalho	<i>Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Direito, Departamento de Direito Comercial, São Paulo/SP, BRASIL</i>

e-Copyeditors / Editores de Conteúdo Eletrônico

Marcos Urupá e André Moura Gomes

Double-blind Peer-Reviewers / Avaliadores cegos por pares

Alethele Santos, Alfredo Ribeiro da Cunha Lobo, Amanda Nunes Lopes Espiñeira Lemos, Ana Becker Salles, Ana Borges de Oliveira, Carlos Prado, Claudio Hugnet, Eduarda Moraes Chacon, Fernando Barbelli Feitosa, Izabela Patriota, Joedson de Souza Delgado, José Vieira, Lauro Brito, Juliana Carvalho de Paiva, Laís Kimie Oshiro Caldeira, Luiz Eduardo Araujo, Marcelo de Lima, Marcos Francisco Urupá, Martha A. de Carvalho Simões de Lara, Maria Luiza Gomes, Raianne Coutinho, Roberta Gonçalves, Tereza Braga, Victor Cravo.

Dear Reader,

We are pleased to introduce the second issue of the fourth volume of the University of Brasilia Journal of Law and Regulation (JLR).

During this year, the journal published a number of original articles on topics relevant to regulatory theory and practice.

In this issue, we are delighted to include articles on regulation of genetically modified organisms (GMOs), Hydrographic Basin Committees, water regulation, regulation of civil aviation, partnership legal regime of social organizations, regulation of the government acquisition process, hydrological risk regulation, and regulation of fishing.

For future issues, we will continue to publish articles on all regulated sectors from law and interdisciplinary perspectives, not least related to advances at the intersection of law and regulatory practice.

We hope you have enjoyed reading the first eight issues of this journal, and we look forward to a ninth issue to be released on May 2019.

Sincerely,

Prof. Marcio Iorio Aranha
Editor-in-Chief, Journal of Law and Regulation, University of Brasilia Law School
On behalf of the Editorial Board

Prezado(a) Leitor(a),

Este número da Revista de Direito Setorial e Regulatório (RDSR) da Universidade de Brasília traz vários artigos originais sobre diversos temas relevantes para a teoria e a prática regulatória, cumprindo com a finalidade de agregar olhares inovadores ao fenômeno regulatório.

Neste número, foram inseridos artigos sobre regulação de organismos geneticamente modificados (OGMs), Comitês de Bacia Hidrográfica, regulação de águas, regulação da aviação civil, regime de parceira com organizações sociais, regulação e aquisições governamentais, regulação do risco hidrológico e regulação da pesca.

Para os números que se seguirão, estaremos empenhados em dar continuidade à publicação de artigos sobre quaisquer setores regulados em perspectiva estritamente jurídica, como também interdisciplinar, em especial aqueles pertinentes a novas abordagens da relação entre direito e prática regulatória.

Esperamos que tenha apreciado a leitura dos oito primeiros números, no aguardo do nono número da RDSR a ser publicado em maio de 2019.

Atenciosamente,

Prof. Marcio Iorio Aranha
Editor, Revista de Direito Setorial e Regulatório, Faculdade de Direito da UnB
Em nome do Conselho Editorial

TABLE OF CONTENTS / SUMÁRIO

Articles / Artigos

Perspectivas Regulatórias Sistêmicas sobre o uso Agrícola de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) no Brasil (Adimir de Amorim Fiel)

[Systemic Regulatory Perspectives on the Agricultural Use of Genetically Modified Organisms (GMO) in Brazil] **1**

Introdução	2
O sistema jurídico brasileiro referente ao uso agrícola de OGM: uma miríade de competências administrativas	4
O mercado de OGMs no Brasil: dados empíricos do ambiente regulado	9
Perspectivas regulatórias funcionalmente orientadas à interação sistêmica: pela construção de um direito reflexivo no contexto de um Estado Regulador	11
Conclusão	16
Referências Bibliográficas	16

Participação na gestão dos recursos hídricos como estratégia para uma regulação de interesse público: uma análise dos Comitês de Bacia Hidrográfica a partir da teoria processual administrativa da regulação (Ana Caroline Machado da Silva)

[Participation in water resources management as a public interest regulation strategy: An analysis of the Hydrographic Basin Committees considering the administrative process theory of regulation] **19**

Introdução	20
Regras jurídicas que orientam a participação pela via dos Comitês de Bacia Hidrográfica	22
A inserção dos Comitês de Bacia Hidrográfica no processo decisório da regulação de recursos hídricos	23
A dinâmica interna da participação nos Comitês de Bacia Hidrográfica	27

Contexto da participação via Comitês de Bacia Hidrográfica: influência, representação e informação	29
Participação cidadã pela via dos Comitês de Bacia Hidrográfica e sua influência no processo decisório conforme a escada de Arnstein	30
Participação informada, representação e implementação das decisões	34
Conclusão	36
Referências Bibliográficas	38
Regulação Responsiva no Setor de Águas: Propostas de Aperfeiçoamento do Desenho Regulatório Responsivo Brasileiro (Natália Resende Andrade)	41
<i>[Responsive Regulation in the Water Sector: Improvement Proposals for the Regulatory Responsive Design in Brazil]</i>	
Introdução	42
Panorama do setor de águas brasileiro	44
A teoria de regulação responsiva proposta por Ayres e Braithwaite aplicada ao setor de águas	49
A Regulação Responsiva no setor de águas brasileiro	53
Conclusão	58
Referências Bibliográficas	59
Regulação da aviação civil brasileira: reflexões sobre enforcement, legalidade e juridicidade (Paulo Rios Matos Rocha)	61
<i>[Regulation of Brazil's Civil Aviation: Enforcement and Legality]</i>	
Introdução	62
O regime sancionatório na regulação da aviação civil	63
Novo direito: uma perspectiva crítica do direito moderno	65
Enforcement e eficiência: uma análise econômica	67
Sobre a juridicidade da otimização do enforcement	73
Conclusão	77
Referências Bibliográficas	78
Organizações Sociais: regime de parceria e limites à atuação do órgão supervisor (Maria Luiza Salles Borges Gomes)	81
<i>[Social Organizations: Partnership Legal Regime and Performance Limits of the Supervisory Agency]</i>	
Introdução	82
O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado e as transformações do direito administrativo	83
Novas técnicas de gestão dos serviços públicos: o Terceiro Setor	86

Regime dos contratos de gestão e limites na atuação estatal	87
Conclusão	94
Referências Bibliográficas	95

As contratações públicas e o Direito Regulatório (Celso Rodrigo Lima dos Santos) **97**

[The Government Acquisition Process and the Regulatory Law]

Introdução	98
O ambiente das contratações públicas no Brasil	99
Como se dão as contratações públicas?	99
Lei 8666/93 (BRASIL, 2017b)	100
Lei 10.520/02 (BRASIL, 2017c) e Lei 12.462/11 (BRASIL, 2017d)	101
PLS 559/2013 (BRASIL, 2017h)	102
Como se dá atualmente a publicização das sanções administrativas aplicadas no ambiente das contratações públicas da União?	102
Risco de incoerência no sancionamento de particulares	104
Risco de corrupção do processo de contratação	105
PLS 559/2013 (BRASIL, 2017h)	102
O Direito Regulatório	106
A Teoria da Regulação Responsiva de Kolieb	107
A onerosidade da punição	109
Teoria da Captura Regulatória	109
A Relação entre as Contratações Públicas e as Teorias Regulatórias	110
Teoria da Captura Regulatória e as Contratações Públicas	110
Possíveis contribuições da Teoria de Kolieb	113
Conclusão	116
Referências Bibliográficas	118

A Regulação do Risco Hidrológico na perspectiva da Teoria Processual Administrativa de Steven Croley (Juliana Lopes Barroso Villas Boas Carvalho de Paiva) **121**

[Hydrological Risk Regulation: Insights from the Administrative Process Theory of Steven Croley]

Introdução	122
Antecedentes necessários	123
Visão geral do setor elétrico brasileiro	123
O Mecanismo de Realocação de Energia (MRE)	126
Generation Scaling Factor (GSF) ou Fator de Ajuste do MRE	128
O problema: o Pesadelo do GSF e a crise estrutural vivenciada no Setor Elétrico Brasileiro	129
O pleito dos geradores à ANEEL	131
A postura do Regulador	132
A atitude dos geradores ante à negativa do Regulador	135

A edição da MP 688/2015 e a Repactuação do Risco Hidrológico	136
O imbróglho do GSF sob o viés da Teoria Processual Administrativa	137
Teoria Processual Administrativa da Regulação	137
O “processo” GSF na perspectiva da Teoria Processual Administrativa	139
Conclusão	144
Referências Bibliográficas	145

A aplicação da Teoria do Interesse Público proposta por Mike Feintuck como uma forma de aprimoramento do cumprimento dos objetivos ambientais sobre a atividade da pesca (Carolina Vicente Cesetti) **151**

[The application of the theory of public interest as a form to improve the accomplishment of the environmental objectives of the fishing activity]

Introdução	152
Da insuficiência dos órgãos reguladores tangenciais e da difícil gestão da atividade pesqueira	154
Da abrangente competência dos órgãos tangenciais à pesca	154
Da difícil gestão e controle da atividade pesqueira	155
A possibilidade de conexão da atividade da pesca marinha a partir da análise da teoria do interesse público e de instrumentos econômicos	157
A teoria do Interesse Público proposta por Mike Feintuck e a sua conexão com a pesca	157
O caso das certificações	163
Conclusão	166
Referências Bibliográficas	167

Dados da Publicação e Normas para Submissão de Manuscritos **171**

[Journal Info and Manuscript Submission Process]